PREFÁCIO

Este manual, que na sua primeira edição – há mais de década e meia – recebeu o nome de "Guia Prático das Assembleias Gerais", baseou-se dominantemente na prática profissional das autoras, sempre com o suporte legal apropriado e a devida atenção à melhor doutrina que tem sido elaborada nos últimos tempos em matéria de assembleias gerais, bem como à jurisprudência dos nossos Tribunais superiores, que têm vindo a dirimir as mais plurais questões controvertidas suscitadas por todos quantos põem em causa a validade das deliberações tomadas em sede de assembleia geral de associações, sociedades e outras entidades.

Para que esta obra possa ser um manual prático, como pretendem as autoras, continuou-se a ilustrar os temas versados com exemplos concretos da prática profissional, os quais podem servir de itinerário para situações análogas, porquanto, nas minutas abundantes que se junta, houve que resolver os casos concretos, com aplicação da lei vigente.

E, como de um manual se trata – com aptidão para ser consultado por qualquer interessado, com formação jurídica ou outra – houve, também, a preocupação de usar uma linguagem simples, despida de elaborados conceptualismos técnico-jurídicos, de modo a perseguir o objetivo a que inicialmente se propuseram as autoras.

Não seria, naturalmente, possível esgotar os temas aqui enunciados. Por outro lado, não seria desejável apresentar aos leitores uma obra extensa que pecaria, exactamente, por esse defeito. Assim sendo, este manual será, na sua essência, um contributo mais, ao lado de outras obras, para o aperfeiçoamento das assembleias gerais, no que tange os aspetos legais da sua convocação e regular funcionamento, o que, conceda-se, é um objectivo

legítimo, na exata medida em que assembleias gerais bem sucedidas, e atas que reproduzam com rigor e clareza os trabalhos ali desenvolvidos e as respectivas deliberações, são índices da paz social das pessoas coletivas e seus órgãos colegiais, cuja formação e expressão de vontade dependem, em *ultima ratio*, do bom senso e da razoabilidade dos indivíduos que os integram.

Registe-se, ainda, que não foram aqui tratadas as sociedades em comandita e as sociedades em nome coletivo, já que estes tipos societários perderam a sua relevância no tecido empresarial português. Haveria, sim, muito que escrever sobre outras pessoas colectivas, mormente os agrupamentos complementares de empresas (ACE). Depois de um longo período em que deixamos de registar, em Portugal, a constituição destes agrupamentos, verificamos recentemente que em alguns setores de atividade económica, como a Saúde, os promotores das respetivas organizações retomam este figurino, à semelhança do que sucede nos Estados Unidos da América, em especial na indústria cinematográfica. Ficaram, igualmente, por versar as sociedades de capital de risco e as sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), as quais, por si só, mereceriam uma obra cuidada.

Feita a devida ressalva, estão crentes as autoras de que repristinada a obra que, como se disse, levou na primeira edição (e na reimpressão e segunda edição seguintes) o nome de "Guia Prático das Assembleias Gerais", este manual prático, com o mesmo espírito e corpo, preencherá a lacuna que a longa interrupção originou.

PLANO DA OBRA

PARTE I
CONCEITO DE ASSEMBLEIA

PARTE II
ASSEMBLEIA GERAL NAS ASSOCIAÇÕES

PARTE III
CONDOMÍNIO E ASSEMBLEIA DE CONDÓMINOS

PARTE IV
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES COMERCIAIS

PARTE V
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES POR QUOTAS

PARTE VI
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES UNIPESSOAIS
POR QUOTAS

PARTE VII
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES ANÓNIMAS

ÍNDICE

PREFÁCIO 5
PLANO DA OBRA 7

PARTE I
CONCEITO DE ASSEMBLEIA

1. Conceito de assembleia 11
2. Assembleias Gerais 13

PARTE II
ASSEMBLEIA GERAL NAS ASSOCIAÇÕES

1. Associações, sua natureza jurídica e disciplina normativa: breves notas 19
2. Assembleias gerais e deliberações 23
3. Anulabilidade das deliberações sociais 29
Ata – alteração dos estatutos da associação, das quotas e jóia dos associados 34
Ata – aprovação Aprovação das contas, do plano de atividades para o ano seguinte e eleição dos titulares dos órgãos sociais 40
Ata – alteração Alteração dos estatutos da associação e nomeação de diretor para dar execução às deliberações 43

PARTE III
CONDOMÍNIO E ASSEMBLEIA DE CONDÓMINOS

1. Breves notas sobre a propriedade horizontal 47
2. Deliberações da assembleia dos condóminos 55
3. Atas 61
Procuração irrevogável para alteração da propriedade horizontal – a lavrar perante Notário 64

Contrato Promessa de Compra e Venda com autorização para futura alteração do título de propriedade horizontal 65
Regulamento de condomínio 72
Regulamento de condomínio (complexo e exaustivo) 80
Convocatória para Assembleia Geral de Condóminos – Reunião Ordinária 99
Convocatória para Assembleia Geral de Condóminos – Reunião Extraordinária 100
Ata de Assembleia Geral de Condóminos 101

PARTE IV
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1. Atas, suas menções obrigatórias e seu valor probatório 107
2. Os livros de atas 111
3. Outros tipos de ata previstos na lei 113
3.1. Atas lavradas por Notário 114
3.2. Deliberações dos sócios por escrito (fora do livro de atas) 117
4. Ineficácia, nulidade e anulabilidade das deliberações sociais 119
5. Suspensão das deliberações sociais 125
Incidente da falsidade da ata (exemplo) 129
6. Caducidade da providência e extinção da instância 135
7. Obrigação de registo comercial e publicação das decisões 137
8. Breves notas sobre a disciplina normativa das sociedades comerciais e seus tipos legais 139

PARTE V
A ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES POR QUOTAS

1. Características das sociedades por quotas 143
2. Assembleias gerais e deliberações 155
Irregularidades na convocação de assembleias gerais e penalidades 156
Escritura de compra e venda, mútuo com hipoteca, aval e consignação de rendimentos (em que os sócios deliberaram por unanimidade) 164
3. Deliberações tomadas em assembleia geral de sócios 175
3.1. Aprovação de contas 175
Ata de aprovação das contas de exercício 177
3.2. Nomeação de Gerentes 178
Ata de nomeação de gerente 181
3.3. Renúncia de gerente, renúncia ao direito de preferência, consentimento para cessão de quota 182

Ata de renúncia à gerência e ao direito de preferência, consentimento da sociedade para cessão de quota e consentimento do cedente para que o seu nome continue a figurar na firma social (sem convocatória prévia.) 185
3.4. Destituição de gerente 187
Ata de destituição de gerente 188
3.5. Aquisição, pela sociedade, de participação social em sociedade com objeto diferente 189
Ata de aquisição, pela sociedade, de participação social em sociedade com objeto diferente 190
3.6. Alienação de um imóvel da sociedade, atribuição de poderes ao gerente – negócio consigo mesmo 192
Deliberação sobre a alienação de um imóvel da sociedade e atribuição de poderes ao gerente para celebrar negócio consigo mesmo 193
3.7. Prestação de garantia real a dívidas de outra sociedade 194
Deliberação sobre prestação de garantia real a dívidas de outra sociedade – hipoteca 195
3.8. Aquisição de quota própria 197
Ata de aquisição de quota própria 198
3.9. Cessão de quota, em vez da sua amortização 199
Deliberação de cessão de quota, em vez da sua amortização 202
3.10. Aumento de capital em numerário 203
Ata de aumento de capital em numerário 205
3.11. Aumento de capital por incorporação de reservas 207
Ata de aumento de capital por incorporação de reservas livres, de reavaliação do ativo imobilizado corpóreo e reservas legais 209
3.12. Aumento de capital em numerário e por conversão em capital de suprimentos e de prestações suplementares. 211
Ata de aumento de capital por incorporação de suprimentos e de prestações suplementares 213
3.13. Alteração de pacto com inserção de cláusula que permite a exigência de prestações suplementares. 215
Ata de alteração de pacto com inserção de cláusula que permite a exigência de prestações suplementares 216
3.14. Redução de capital social 218
Ata de redução de capital para cobertura de perdas 225
Ata de redução de capital por perda de metade do capital (art. 35º C.S.C.) 227
3.15. Transformação da sociedade 230
Ata de transformação de uma sociedade por quotas em sociedade anónima 235

Ata de transformação de uma sociedade unipessoal por quotas numa sociedade por quotas plural ou pluripessoal 237
3.16. Fusão e cisão 238
Ata de aprovação do projeto de fusão de sociedades 244
Projeto de fusão 246
3.17. Dissolução de sociedade 252
Ata de dissolução por deliberação dos sócios com nomeação de liquidatário 257
Ata de dissolução por deliberação dos sócios, sem património para partilhar 259
Ata de apresentação da sociedade à insolvência 260

PARTE VI
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES UNIPESSOAIS POR QUOTAS

1. Breves notas sobre as sociedades unipessoais por quotas 265
Deliberação da remuneração de gerência 268
Aceitação da renúncia de gerente (gerência exercida por terceiro) 269
Deliberação de aumento de capital em numerário 270
Aprovação das contas do exercício 271
Carta mandadeira 272

PARTE VII
ASSEMBLEIA GERAL NAS SOCIEDADES ANÓNIMAS

1. Notas introdutórias 275
2. Características 277
3. Funcionamento e deliberações da assembleia geral de acionistas 281
4. Atas 291
Convocatória para reunião ordinária da Assembleia Geral 293
"Carta mandadeira" 295
Ata de Assembleia Geral – aprovação de contas e eleição dos titulares dos órgãos sociais 296
Ata de Conselho de Administração -aprovação de contas 299
Ata de Assembleia Geral – aprovação de contas e deliberação quanto às medidas a tomar por diminuição da situação líquida da sociedade 301
Carta de renúncia ao cargo de administrador 304
Ata de Assembleia Geral – remodelação do Conselho de Administração e alteração do pacto social 305
Deliberação unânime de acionistas – gratificações aos membros do Conselho de Administração 308

Ata de Assembleia Geral – transmissão de ações, renúncia ao direito de preferência, aquisição de ações pela própria sociedade e consentimento para a transmissão de ações 309
Ata de reunião do Conselho de Administração – celebração de um contrato de mútuo e constituição de hipoteca 311
Ata de reunião do Conselho de Administração – constituição de mandatários da sociedade 313
Ata de reunião do Conselho de Administração – ratificação de negócio (compra de imóvel) 315
Ata de reunião do Conselho de Administração – ratificação de contratos bancários 316
Ata de reunião do Conselho de Administração – deliberação para a sociedade contrair empréstimo com garantia real 317
Deliberação unânime – aprovação do projeto de fusão 318
Deliberação unânime – autorização para que os administradores exerçam atividade concorrente com a da sociedade 319
5. A cisão de sociedades 321
Ata de Assembleia Geral – cisão simples 324

NOTAS FINAIS 327